

Secretaria Regional da Saúde provocou suspeição injusta e inaceitável sobre as Instituições de Solidariedade Social da Região

“O Grupo Parlamentar do PS/Açores considera que a audição do Secretário Regional da Saúde e Desporto, que deveria servir para prestar esclarecimentos quanto ao processo de vacinação na Região, aumentou as dúvidas tendo em conta a ausência de respostas sobre a falta de critérios claros e objetivos no início do processo de vacinação”, adiantou Berto Messias, após a audição realizada esta sexta-feira, na Comissão de Assuntos Sociais.

“Quem ouviu o Sr. Secretário da Saúde pôde confirmar duas coisas, por um lado a falta de humildade em reconhecer erros que, claramente, aconteceram e, por outro lado, uma postura de culpar tudo e todos, menos a de assumir responsabilidades nos problemas que se verificaram”, lamentou o deputado do PS/Açores.

Para Berto Messias, ao longo de todas as explanações, “o Senhor Secretário insistiu em atacar quem discorda ou quem questiona sobre os problemas que são públicos no processo de vacinação. Usou termos como ‘má fé’, ‘pretensos especialistas na matéria’, ‘gente que não sabe do que fala’, ‘aproveitamento político partidário’, ‘levantamento de dúvidas maldosas’...enfim, um conjunto de ataques que pretendem apenas disfarçar a falta de coragem para assumir erros na definição dos critérios iniciais para a aplicação da vacina”.

“Foi esta postura, verificada nas declarações que deu à comunicação social após ser públicos os problemas na Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, que empurraram as IPSS dos Açores para uma névoa de suspeição que consideramos inaceitável e injusta”, reiterou o parlamentar, lembrando que “o próprio vice-presidente do Governo Regional, Artur Lima, que constata isso quando, também em declarações públicas, atribui as responsabilidades das regras da vacinação à Secretaria Regional da Saúde”.

Berto Messias considera que a audição deixou claro que “os critérios que estavam definidos no final do ano de 2020, no início do processo de vacinação, não eram claros nem objetivos, o que originou, depois de muitas dúvidas e polémicas, a necessidade de uma clarificação sobre os critérios e as regras definidas, o que só aconteceu no dia 4 de Fevereiro”.

“Se os critérios eram assim tão claros e objetivos como afirma o Senhor Secretário, o que aconteceu com a inoculação da Senhora Vice-Provedora da Santa Casa de Angra do Heroísmo não poderia ter acontecido”, acrescentou o deputado do PS/Açores, considerando que isso só “aconteceu porque não existiam indicações claras sobre quais os profissionais em causa e quais os procedimentos a desenvolver no caso de existirem vacinas sobranes”.

Para Berto Messias, “ficam assim muitas dúvidas por esclarecer, mas, sobretudo, fica registada a falta de humildade de reconhecer que o processo começou mal e que tardiamente foi corrigido”.

Tendo em conta as dúvidas por esclarecer e algumas referências que tentam desresponsabilizar o Governo, “o Grupo Parlamentar do PS Açores pretende ouvir a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) e a União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) em sede de Comissão Parlamentar”, adiantou o deputado do PS/Açores.

Ilha Terceira, 19 de fevereiro de 2021